

Exmo. Senhor Professor Tong Io Cheng, Director da Faculdade de Direito da Universidade de Macau

Exmo. Senhor Dr. Vong Hin Fai, Presidente da Associação de Advogados de Macau

Exmo. Senhor Vice-Reitor da Universidade de Macau, Professor Rui Martins

Exmos. Senhores Subdirectores da Faculdade de Direito, Professora Wei Dan e Professor Iau Teng Pio

Exmo. Senhor Professor Manuel Trigo, Director do Centro de Estudos Jurídicos, da Faculdade de Direito de Macau

Exmas. Autoridades presentes,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com grande honra e enorme satisfação que, 4 anos volvidos desde a 12^a Conferência Internacional, aqui estou, a saudar com entusiasmo, todos os presentes, neste que continua a ser o maior evento internacional de direito em língua portuguesa e chinesa, realizado em Macau.

Após um longo e penoso período que a todos nos transformou, é chegada a hora de reflectir sobre as muitas perguntas levantadas por cidadãos, governos e sociedade no geral, durante a pandemia da covid-19, assim como as correspondentes respostas dadas pelos diferentes ordenamentos jurídicos internacionais.

Estava o direito preparado para responder a uma crise desta natureza? Ou, passados 4 anos, é fundamental fazer uma análise imparcial em cada um dos campos jurídicos, identificando os erros a corrigir, as mudanças a realizar e sobretudo que mecanismos jurídicos deverão ser implementados para lidar juridicamente com futuras crises desta natureza.

Sob o tema "4 Anos Depois: Perguntas e Respostas Durante e Depois da Pandemia da COVID-19", temos o grato prazer de reunir nesta 13^a Conferência Internacional de Reformas Jurídicas de Macau no contexto global, um conjunto de

especialistas nacionais e internacionais que nos auxiliarão a melhor compreender o impacto transformador que esta crise global teve nas nossas vidas, sinalizando-nos as respostas jurídicas necessárias para um futuro mais resiliente.

Em Janeiro de 2020, era impossível ter previsto a extensão dos desafios que a COVID-19 traria consigo.

Inesperadamente fomos confrontados com uma crise sem precedentes, a qual pôs à prova o dia-a-dia e a capacidade de adaptação de cada um de nós, assim como a nossa resiliência enquanto sociedade, forçando-nos a questionar, a explorar e a encontrar soluções inovadoras para os complexos dilemas que não paravam de acontecer.

Como sempre, mas muito especialmente, nestes últimos quatro anos, o direito assumiu um papel fundamental.

As legislações foram adaptadas, os direitos individuais foram, sempre que possível, equilibrados com a protecção da saúde pública, e novas abordagens jurídicas foram desenvolvidas a fim de dar resposta às múltiplas questões legais e éticas que foram surgindo.

Através dos tribunais, das instituições governamentais e das organizações internacionais, o direito transformou-se num farol de orientação e esperança, abrindo-nos o caminho para navegar por territórios desconhecidos.

Nos próximos dois dias, teremos oportunidade de reflectir sobre todas as lições aprendidas, assim como sobre as muitas perguntas que ainda carecem de resposta.

Importa perceber de que forma a pandemia afectou os sistemas judiciais e a aplicação do direito e como podemos melhorar diante de futuras crises similares.

Importa, igualmente, observar as implicações da pandemia nos direitos humanos, na protecção dos mais desfavorecidos, na privacidade, no acesso à justiça e em tantas outras áreas cruciais para a vida em sociedade.

É nossa responsabilidade, enquanto académicos, profissionais do direito e defensores da justiça, encontrar soluções inovadoras face aos desafios que enfrentamos.

Urge promover o diálogo, a troca de ideias e a cooperação internacional de forma a acautelar que as respostas jurídicas serão, efectivamente, abrangentes e inclusivas.

Desejo a todos uma conferência produtiva e gratificante.

Que sejam dois dias enriquecedores e de aprendizagem mútua, onde a troca de experiências e saber nos permita encontrar respostas para todas as interrogações prementes que surgiram durante e depois da pandemia da COVID-19, permitindo-nos progredir com vista a um mundo onde o direito constitua, verdadeiramente, um instrumento eficaz na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Muito obrigado.

Rui Cunha

Presidente da Fundação Rui Cunha